

SINDJUS COBRA RESPOSTA DA PRESIDENTA DO STM sobre ocupação irregular de FCs e apartamentos funcionais

O Sindjus encaminhou, nesta quinta-feira (30), ofício à presidenta do Superior Tribunal Militar, ministra Maria Elizabeth, cobrando ações e respostas quanto aos problemas apresentados pelo sindicato no início de sua gestão, principalmente, no que se refere à ocupação irregular de funções comissionadas por militares da reserva remunerada e ao descumprimento da fila de espera para apartamentos funcionais, além de seu uso irregular.

No dia 24 de junho, o Sindjus se reuniu com a presidenta para expor a realidade enfrentada pelos servidores no tribunal, inclusive o fato de militares aposentados ocuparem funções comissionadas que deveriam ser destinadas aos servidores efetivos. O sindicato cobrou a desmilitarização do STM e a valorização do quadro próprio.

Também informou sobre as denúncias feitas pelo Sindjus sobre a ocupação irregular de apartamentos funcionais por militares, inclusive muitos passando na frente de servidores civis e dos próprios militares na fila de espera.

Maria Elizabeth, na ocasião, afirmou que era totalmente contra o desrespeito à fila dos apartamentos funcionais e que ia atuar para impedir essas irregularidades. O tempo passou e até agora nada foi feito. Muitos servidores criaram expectativa e se frustraram, pois, nesses aspectos, a situação continuou a mesma da

gestão anterior. O Sindjus tem procedimento na Ouvidoria do STM sobre esse assunto e ainda não há resposta.

Em relação ao caso dos militares da reserva ocuparem função de forma indevida, a ministra havia prometido estudar o caso. Também não houve qualquer resposta quanto a esse tema até agora, gerando a insatisfação de um grande número de servidores efetivos que se sente desprestigiado. Importante recordar que o sindicato levou esse problema até o CNJ, pois a prática é uma afronta à legislação.

É papel do sindicato tanto cobrar solução para as reivindicações da categoria quanto reconhecer os feitos da administração. E a presidenta Maria Elizabeth, atendendo aos pleitos levados pelo sindicato na reunião do dia 24 de junho, e reforçados pelo coordenador Beto Sampaio, assinou, no Dia do Servidor, em ato realizado no Salão Nobre do Tribunal, atos flexibilizando o horário de trabalho e criando o berçário. Na ocasião, também inaugurou o bicicletário e home-nageou servidores antigos da Justiça Militar.

O sindicato reconhece avanços nesses feitos, mas entende que é preciso fazer ainda mais e mexer justamente no que há de

CÓPIA

SINDJUS

Ofício nº 84/2014/SINDJUS/DF

Brasília, 30 de outubro de 2014.

 A Sua Excelência a Senhora
 Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
 Presidenta do Superior Tribunal Militar
 Brasília - DF


Senhora Presidenta,

O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal - Sindjus/DF, sindicato de base regularmente constituído, vem requerer a Vossa Excelência a apresentação de resposta às demandas elencadas neste documento, objeto de procedimentos e de reuniões entre o sindicato e Vossa Excelência neste tribunal, considerando ter sido decorrido prazo razoável e, principalmente, a necessidade de respostas a situações que envolvem o princípio da moralidade do serviço público e são de interesse dos servidores do Superior Tribunal Militar:

- ocupação irregular de funções comissionadas por militares da reserva remunerada, em afronta à legislação vigente;
- ocupação irregular e descumprimento da lista de espera para apartamentos funcionais dos Blocos B e C da SQN-408 e A, D e F da SQN-409.

Respeitosamente,


 JOSÉ ALBERTO DOS SANTOS SAMPAIO
 Coordenador de Formação e Relações Sindicais

 ODE Edifício Verônica V Sala 100/114
 Brasília-DF CEP: 70163-904
 BR 0622-2019
 sindjus@org.br

mais grave, como a ocupação irregular de funções comissionadas e o desrespeito à lista de espera para apartamentos funcionais, situações que atacam o princípio da moralidade.

A gestão da presidenta é curta, pois fica na presidência até março de 2015, mas o Sindjus acredita que há plenas condições dela, nesse período, resolver essa questão, colocando realmente o dedo na ferida, de modo que possa deixar, como legado, uma gestão focada na valorização dos servidores efetivos da Justiça Militar e na ética, pondo fim a uma série de irregularidades praticadas por gestões que não deixaram saudade alguma.